



## **BASE NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES: DIMINUIR RETROCESSOS E CONSTRUIR FUTUROS POSSÍVEIS**

Itamar Freitas<sup>1</sup>

Margarida Dias<sup>2</sup>

Quem não tem uma definição sobre o que seria um(a) bom(oa) professor(a)? É improvável que vivendo em sociedades que instituíram as escolas como formadoras das gerações futuras, cada um(a) de nós não tenha algo a dizer sobre isso.

Os governos expressam também suas opiniões em formas de leis, resoluções, prescrições, frutos por sua vez de camadas de diálogos e de disputas que reproduzem interesses de classes ou frações de classes sociais.

Conseqüentemente, também idealizamos a formação inicial de professores em nosso país. No início de novembro de 2019, foram exaradas as Diretrizes Curriculares Nacionais e Base Nacional Comum para a Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica. Desde a audiência pública a que foi submetido, ocorrida entre os meses de setembro e novembro de 2019, o documento recebeu uma nota - pedindo o arquivamento do Parecer - assinada por quase 40 entidades educacionais e de domínios científicos.

Entre nós, pesquisadores do ensino de história, faz dois anos que estamos discutindo o documento em eventos, reuniões, fóruns e em nossas entidades, revisitando novos e antigos desafios para a formação de professores de História.

A consequência direta dessa nova Resolução é a revogação da resolução n ° 02/2015 do mesmo Conselho Nacional de Educação, alterando composição das horas destinadas em um curso de Graduação a formação de professores.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Sergipe.

<sup>2</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Norte.





Segundo essa nova composição, 800 horas seriam destinadas a componentes curriculares “de base comum de aprendizagem de conteúdos científicos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a educação”; 1600 horas para os componentes curriculares “dedicadas a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas e componentes da BNCC e do domínio pedagógico desses conteúdos”; e 800 horas divididas igualmente entre situações de prática em situação real de trabalho (estágios, residências, monitorias etc.) e o restante em conteúdo do item anterior.

O que salta aos olhos nessa proposta é a tentativa, antiga e usada em outros países, de produzir um curso geral de formação de professores com uma introdução geral às ciências da educação e o empenho em traduzir para o ensino na Educação Básica os princípios da Base Nacional Comum Curricular.

E isso é entendido pelos seus críticos mais contundentes como uma restrição da formação de professores a um treinamento para aplicação do que determina a BNCC. Em linguagem abstrata, significa adotar a Tekné em detrimento da Paideia.

O que nos provoca neste momento não é dizer se essa interpretação está correta ou não. A lista de questões de princípios deixados à revelia do tempo (do Estado e do Mercado) é longa. Vejam exemplos: quem deve dar a última palavra sobre currículos de formação de professor: o Estado, os docentes da educação superior, os docentes da educação básica, os especialistas em domínio científicos – em uma realidade onde a administração pública é o maior agente empregador? Quais os limites da autonomia universitária diante de Ministérios e Secretarias de Educação que gerenciam o sistema, financiando, inclusive, a formação de professores de História? Se os departamentos de História das Universidades podem construir os seus currículos, porque os departamentos pedagógicos das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação não podem demandar formação específica para os seus professores, que atuam sob demandas também específicas, muito distanciadas daquelas imaginadas e fornecidas pelos conselhos departamentais universitários? Se a maior parte dos docentes brasileiros são formados, inicialmente, no setor privado, por que mirar os currículos universitários como a chaga social da formação?





Como veem, a lista de questões gerais e de princípios de ação a defender é longa. Por isso mesmo, neste momento, considerando as situações concretas que teremos que enfrentar, e sem deixar de lado as lutas necessárias, importa, se possível, reverter as perdas, pautar algumas questões que – como formadores de professores, pesquisadores e interessados no debate com proposições nos instigam – possam ser caminhos para construir estratégias no sentido de minimizar os retrocessos, ou ainda, dentro das condições reais das universidades, criar possibilidades de adequar nossos cursos às demandas que, historicamente, as pesquisas sobre ensino de História vem apontando como necessárias.

Tais proposições não necessariamente dependeriam das questões de princípios que listamos acima. Assim, apresentamos aqui algumas propostas para um futuro imediato para a formação de professores em História, a partir dos acúmulos das pesquisas sobre o ensino de História, dialogando com as tradições que têm se demonstrado muito difíceis de transpor, com experiências que já são vivenciadas, com as necessidades que vêm sendo demonstradas nas últimas três décadas – se contarmos a promulgação da Constituição de 1988 como ponto inicial de novo consenso instituído sobre as relações sociais no Brasil.

Informados pelas questões gerais que norteiam o ensino-aprendizagem, costumeiramente referenciadas para a Educação Básica, mas necessárias de ser inclusas também nos cursos universitários, consideramos que é preciso explicitar que partimos de alguns princípios e procedimentos para a formação de professores:

- 1) O Ensinar não pode se resumir à transmissão oral do conhecimento. Embora o imaginário coletivo continue a definir o docente como aquele que detém a informação e a comunica em preleções, de preferência, encantadoras, devemos construir estratégias nas salas de aulas dos cursos universitários de História onde a aula expositiva não seja a regra, ou seja, os processos de construção do conhecimento de modo ativo, por parte do aluno, devem fundamentar a ideia de ensinar.
- 2) A ideia de progressão do conhecimento deve ser refletida e praticada nos cursos universitários de História. Tal ferramenta na construção de currículos possibilita aos futuros profissionais de História, partir dos aprendizados e experiências que





trazem da sua escolarização e da sua vivência, e alterar, de acordo com o avançar dos componentes curriculares, suas compreensões sobre as discussões complexas sobre o aprendizado de uma profissão, a exemplo da interdisciplinaridade e da função social do conhecimento histórico, a atribuições do professor de história e a natureza dos alunos de história.

- 3) Os conteúdos históricos, suas narrativas, informações geradas pela escrita da História, devem ser o meio para aprendizagens e não o objetivo final do ensino-aprendizagem de História. Portanto, todos os professores dos cursos universitários de História podem e devem continuar trabalhando na sua área de expertise – construída pelas pesquisas desenvolvidas ou pelos anos de dedicação a composição de conhecimentos nas disciplinas que ministram –, empregando tal conteúdo na construção de estratégias de sala de aula que discutam, pratiquem e façam valer as já anunciadas interdisciplinaridade, função social do conhecimento, atribuições do professor e a natureza dos alunos de História.
- 4) As normas sobre a organização do tempo utilizado em sala de aula e nas atividades dos cursos universitários de História devem ser imediatamente revistas na direção dos princípios anteriores (1, 2 e 3). A experiência vivenciada no período da pandemia da Covid-19 demonstrou, por meio do ensino remoto, o quanto é urgente e necessário utilizarmos os tempos de estudo para além da divisão industrial capitalista, centrada no trabalho-lazer. Fazendo uso da interdisciplinaridade, por exemplo, percebemos com os estudos da neurociência, que o cérebro humano aprende mais adequadamente com intervalos menores, atividades úteis à vida prática e avaliações sistemáticas.
- 5) As normas sobre a organização do espaço em sala de aula e nos cursos universitários de História também devem ser imediatamente revistas em idêntica direção, sobretudo na retomada das atividades em modo presencial. Formas de organização das salas, disposição e tipos de móveis, tudo isso molda nossos corpos, pensamentos e ações. Salas de aula devem ser um espaço que possibilite trabalhos de pesquisas, expressões artísticas, montagens de exposições, entre outros.





- 6) O protagonismo do graduando deve ser estimulado ao nível máximo, em direção a autonomia dos estudos. É esperado que ao longo do curso, o futuro profissional de História construa sua independência para desenvolver uma pesquisa, planejar uma atividade de ensino-aprendizagem ou quaisquer outras tarefas demandadas a um profissional.
- 7) Os cursos universitários de História devem formar o futuro profissional para espaços diferentes de atuação, reconhecendo que, em todos eles, há lugar para atividades de ensino-aprendizagem de História. Do mesmo modo, deve dar a compreender que os objetivos e os públicos são diferentes e isso requer diálogos com outros campos de saberes para informar nossas possíveis tarefas, produção de materiais diferenciados como livros didáticos, material de divulgação científica, geração de material audiovisual, exposições e instrumentos de pesquisa.
- 8) Os cursos universitários de História devem formar o futuro profissional de História dentro de uma cultura política assentada em ideais democráticos e em práticas de cidadania, tal como prescreve nossa Constituição e demanda, cada vez mais, o nosso tempo presente.
- 9) Para formar um profissional de História que atenda aos princípios anteriormente expostos, é necessário o uso integral da estrutura das nossas universidades. As instituições públicas de ensino universitário se destacam pelos seus equipamentos como laboratórios, jornais, arquivos, bibliotecas, centros de documentação, televisões, rádios, teatros, cinemas, editoras, museus de qualidade e possíveis de serem integrados em atividades de ensino, pesquisa e extensão. Portanto, coerente com um profissional de História que possa atuar na assessoria e desenvolvendo atividades em diálogo com outras profissões.

Se aplicarmos esses princípios e procedimentos no desenvolvimento dos cursos universitários de História, poderemos construir estratégias para que no primeiro semestre do curso se foque, por exemplo na apropriação de leitura de textos acadêmicos, já que este é um gênero específico e de domínio ainda não finalizado pelo egresso da educação





básica. É muito comum a dificuldade dos ingressos no primeiro semestre que, a despeito do seu gosto pela leitura, expresse dificuldade no entendimento da forma, expressões e outras facetas do texto acadêmico.

Outro conhecimento a ser construído no primeiro semestre do curso poderia ser o trabalho com fontes de informação sobre o passado que tanto caracteriza o ofício do profissional de História – seja para a produção de conhecimento novo, seja como estratégia em sala de aula ou, até mesmo, como forma de convite para encantamento estético dos cidadãos.

No segundo semestre do curso, o trabalho com acervos, mapeando fontes disponíveis e suas possíveis intersecções com outras áreas, seria um aprofundamento possível do trabalho iniciado no semestre anterior. Aí também caberia a inserção de apropriações de metodologias possíveis de outras áreas como depoimentos e entrevistas; interpretação e análise de meios de comunicação.

No terceiro semestre do curso seria possível e necessário incorporar atividades historiadoras em outros órgãos das universidades, como por exemplo, os arquivos, centros de documentação, órgãos de comunicação. Nesse momento seria possível e desejável focar sobre reflexões e apropriações de aportes conceituais e de autores para interpretar nossas atividades historiadoras.

No quarto semestre do curso a possibilidade de praticar atividades historiadoras junto a movimentos sociais seria potente como vem requerendo a curricularização da extensão universitária, bem como a compreensão do futuro profissional de História sobre as demandas sociais pela produção e divulgação do conhecimento histórico. Com a possibilidade de atividades desse tipo, seria viável focar na discussão do papel da narrativa no método de produção do conhecimento histórico.

No quinto semestre do curso, poderíamos focar na produção do conhecimento histórico por meios variados como materiais didáticos, assessorias a produções teatrais, audiovisuais, proporcionando práticas em que os futuros profissionais de História exercitassem o que veem, ao longo dos semestres. Por meio das leituras, discussões,







práticas, aprenderiam como atuar produzindo conhecimento histórico cujo objetivo final sempre é ensinar, mesmo que mudem os públicos e os meios.

O quinto semestre seria um momento adequado – por se colocar como metade ou pouco menos da integralização do curso – para essas experiências, inclusive, como possibilidade de o graduando pensar sobre possíveis especializações ou investimentos de formação profissional para futuras atuações.

A partir do sexto semestre e até a integralização do curso, seriam altamente desejáveis as práticas de pesquisa para que o futuro profissional exercitasse em um tempo determinado a elaboração de um problema, a delimitação de um recorte espaço-temporal, o diálogo por meio das fontes, a instrumentação de aportes teóricos e metodológicos e a construção de uma narrativa. Quanto mais o graduando tiver oportunidade de assim proceder, mais ele poderia errar e, dessa forma, aprender.

Na segunda metade do curso, esse exercício vivenciado continuamente, seria uma possibilidade de formação efetiva e ela pode e deve ser vivenciada por meio dos componentes curriculares já existentes no curso. O docente de História do Brasil, História Contemporânea, História da América e outras disciplinas comuns em nossos cursos proporcionaria exercícios de produção para os alunos.

Nesses mesmos semestres de curso (6º ao 9º), seria conveniente aliar diálogos entre alunos, professores formadores e comunidade por meio programas de rádio e/ou televisão, redes sociais e/ou plataformas, exposições para os alunos do ensino médio sobre as atuações do profissional de história, transpondo muros e formas específicas de linguagem e estética internos as universidades.

Todas as experiências elencadas como possíveis nos parágrafos anteriores já foram praticadas nos cursos universitários de História no Brasil. Muitas delas anteriores ao período de ensino remoto que vivenciamos e outras potencializadas com o momento presente.

O que queremos dizer com isso é que são tarefas conhecidas e possíveis. Os pesquisadores do ensino de História e/ou os professores formadores de professores nos cursos





universitários de História sensíveis a reflexões necessárias para a formação de docentes devem pautar essas adequações possíveis, desejáveis e necessárias. Não é certo que continuemos formando professores de História com referências restritas ao senso comum sobre o que deve ser e como se forma esse profissional.

Para finalizar, ao propor o foco de cada semestre, estamos partindo do suposto que continuaremos a viver com os componentes curriculares institucionalizados nos cursos de História. Pensamos em fazer propostas, como dissemos antes, que dialogam com a nossa tradição, mas que proponham mudanças e que diminuam os prejuízos do que consideramos equívocos da Base Nacional de Formação de Professores.

Devemos caminhar para mudanças fundamentadas nas pesquisas do ensino de História, das ciências da educação e da História, dialogar com a tradição e efetivar alterações necessárias as novas conjunturas. Ler o tempo, afinal, não é essa uma função consensual do profissional da História?

